

CONTRATO DE PRODUTOR

Entre:

1.ª Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda., com sede na Rua Padre Américo, n.º 19, letra D, Escritório D, 1600-548 Lisboa, com o capital social de 60.000 euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 505772213, neste ato representada por Eurico da Costa Cordeiro, na qualidade de procurador, com poderes para o ato, adiante designada por “Ecopilhas”;

e

2.ª. **Nome Produtor**, com sede em _____, **NIPC PT**, neste ato representada por _____, na qualidade de _____, com poderes para o ato, adiante designada por “Segundo Contraente”;

Considerando que:

1. O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro, que estabeleceu o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, foi alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 266/2009, de 29 de setembro, 73/2011, de 17 de junho e 173/2015, de 25 de agosto;
2. A partir de 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro (adiante, “DL 152-D/2017”), que veio estabelecer o novo regime jurídico a que fica sujeita a gestão de determinados fluxos específicos de resíduos, entre os quais se encontra o fluxo específico de resíduos de pilhas e acumuladores, revogando o citado Decreto-Lei n.º 6/2009;
3. Ao abrigo do princípio da responsabilidade alargada do produtor, e nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do DL 152-D/2017, a responsabilidade financeira ou financeira e operacional da gestão da fase do ciclo de vida das pilhas e acumuladores, quando estes atingem o seu fim de vida e se tornam resíduos, é atribuída aos produtores responsáveis pela colocação de pilhas e acumuladores no mercado nacional (adiante, os “Produtores”), os quais, para tanto, são obrigados a submeter a gestão desses resíduos a um sistema individual ou a um sistema integrado;
4. Quando o Produtor opte pela adesão a um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores, a referida responsabilidade pela gestão dos resíduos de pilhas e acumuladores é transferida para a entidade gestora do sistema, que tem de estar devidamente licenciada para o efeito;
5. À semelhança do que se previa na legislação anterior, a transferência de responsabilidades de cada Produtor para a entidade gestora continua a ser, obrigatoriamente, objeto de contrato escrito;
6. Por Despacho n.º 11275-B/2017, do Senhor Secretário de Estado do Ambiente, de 19 de dezembro de 2017, publicado no Diário da República 2.ª Série, n.º 245, de 22 de dezembro de 2017, foi atribuída uma nova licença à Ecopilhas para exercer a atividade de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais, incluindo aquelas que possam ser utilizadas em equipamentos elétricos e eletrónicos e/ou em quaisquer outros equipamentos ou aparelhos, válida de 01.01.2018 até 31.12.2021;

Ecopilhas – Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, Lda

Rua Padre Américo, 19D – Escritório D

1600-548 – Lisboa

Tlf: +351 217 252 010 / Fax: +351 217 252 019

Email: geral@ecopilhas.pt

NIPC: PT505772213

Capital Social: €60,000

Cons. Registo Comercial de Lisboa – nº PT505772213

www.ecopilhas.pt

7. O n.º 3 do Despacho n.º 11275-B/2017 dispõe que, no caso dos Produtores que, à data da entrada em vigor do referido Despacho, já sejam aderentes ao sistema integrado gerido pela Ecopilhas e pretendam continuar a sê-lo, a Ecopilhas deve proceder à celebração de novos contratos com os mesmos, até 30.06.2018, entrando os novos contratos em vigor a partir de 01.07.2018 e caducando os anteriores na mesma data;
8. O Segundo Contraente exerce atividades que lhe conferem a qualidade de produtor de pilhas e acumuladores portáteis e/ou produtor de pilhas e acumuladores industriais e pretende transferir a responsabilidade daí decorrente pela gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e/ou industriais para a Ecopilhas;

É livremente e de boa-fé celebrado o presente **Contrato de Produtor**, que se regerá pelos termos e condições constantes das Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Definições)

Para efeitos do presente Contrato, consideram-se aplicáveis as definições constantes do artigo 3.º do DL 152-D/2017, que aqui se dão por integralmente reproduzidas.

Cláusula Segunda

(Objeto)

1. Pelo presente Contrato, o Segundo Contraente, na qualidade de Produtor de pilhas e acumuladores (...)
(portáteis / industriais / portáteis e industriais), adere ao sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e industriais gerido pela Ecopilhas, transferindo para esta a sua responsabilidade, nos termos da legislação aplicável e da licença de que esta é titular.
2. A referida responsabilidade considera-se transferida a partir de **1 de julho de 2018**. [1 de julho de 2018 para os produtores que já eram aderentes ou a partir da data indicada pelo produtor].
3. A adesão ao sistema integrado gerido pela Ecopilhas não exonera o Segundo Contraente do cumprimento das demais obrigações previstas na lei, designadamente das obrigações de registo previstas no artigo 19.º do DL 152-D/2017 e nos artigos 48.º a 49.ºB do Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua atual redação.
4. O Segundo Contraente autoriza desde já a Ecopilhas a divulgar perante terceiros a sua adesão ao sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e industriais por ela gerido.

Cláusula Terceira

(Âmbito Material de Aplicação)

O presente Contrato abrange as pilhas e acumuladores (...) (portáteis / industriais / portáteis e industriais) que sejam colocados pelo Segundo Contraente, no âmbito da sua atividade profissional, pela primeira vez no mercado nacional, independentemente da técnica de venda utilizada, incluindo a venda através da comunicação à distância.

Cláusula Quarta

(Obrigações Declarativas do Segundo Contraente)

1. O Segundo Contraente obriga-se a manter a Ecopilhas informada sobre a quantidade e caracterização das pilhas e acumuladores portáteis e/ou industriais por si colocados no mercado nacional, designadamente para efeitos de possibilitar o cálculo das prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente.

2. A informação referida no n.º 1 da presente cláusula deverá ser comunicada numa base trimestral ou anual, consoante a modalidade de cálculo das prestações financeiras convencionada pelas Partes, nos termos da Cláusula Quinta do presente Contrato, através do preenchimento e submissão, respetivamente, da Declaração Trimestral ou da Declaração Real Anual, disponibilizadas na página de Internet da Ecopilhas (www.ecopilhas.pt), através de ferramenta informática própria, existente na referida página.
3. Previamente à celebração do presente Contrato, o Segundo Contraente deverá preencher e submeter uma Declaração Inicial, indicando a quantidade de pilhas e acumuladores portáteis e/ou industriais por si colocados no mercado no ano anterior ao do preenchimento da Declaração, ou, caso o Segundo Contraente apenas tenha iniciado atividade em Portugal no ano de adesão à Ecopilhas, indicando a quantidade de pilhas e acumuladores portáteis e/ou industriais que prevê colocar no mercado nesse primeiro ano de atividade.
4. O disposto no n.º 3 antecedente não é aplicável ao Segundo Contraente caso este já seja aderente ao sistema integrado gerido pela Ecopilhas à data da celebração do presente contrato.
5. No caso de, nos termos da Cláusula Segunda, n.º 2, antecedente, ter sido estipulada uma data de transferência de responsabilidade anterior à da celebração do presente contrato, o Segundo Contraente deverá, previamente à celebração do presente contrato, preencher e submeter uma Declaração Real Anual por cada ano abrangido pelo presente contrato, onde indicará as quantidades colocadas no mercado em cada um desses anos.
6. O Segundo Contraente declara e garante ter preenchido de forma correta, completa e verdadeira, previamente à celebração do presente Contrato, as declarações previstas no nº 3 ou no nº 5 da presente cláusula, consoante o caso aplicável.
7. O Segundo Contraente assume inteira responsabilidade pela qualidade e veracidade das declarações efetuadas em cumprimento da presente cláusula ao longo de toda a vigência do presente Contrato, nomeadamente no que concerne à informação relacionada com as quantidades de pilhas e acumuladores colocados no mercado e suas características.
8. O Segundo Contraente declara e garante que cumpre e continuará a cumprir as suas obrigações legais relativas aos requisitos essenciais das pilhas e acumuladores discriminados no DL 152-D/2017.
9. Para efeitos do presente Contrato, entendem-se como trimestres naturais os que terminam a 31 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro.

Cláusula Quinta
(Modalidades de declaração)

1. Para o cálculo das prestações devidas, a Ecopilhas estabeleceu as duas seguintes modalidades de declaração:

1.1 Modalidade A (Declaração Trimestral)

- a) A prestação financeira devida relativa ao primeiro trimestre natural, após o início do presente Contrato, será equivalente a 25% do montante que tiver sido calculado em função dos dados constantes da Declaração Inicial.
- b) Nos trinta dias de calendário seguintes ao trimestre faturado, o Segundo Contraente informará a Ecopilhas sobre as quantidades realmente colocadas no mercado no trimestre anterior, através do preenchimento e submissão da respetiva Declaração Trimestral.
- c) O referido processo repetir-se-á sucessivamente ao longo dos trimestres seguintes, sendo que o cálculo do valor a faturar deverá incorporar a informação real que for ficando disponível em cada trimestre, sob a forma de média móvel dos últimos quatro trimestres.
- d) O cálculo com base nas sucessivas Declarações Trimestrais está ilustrado de forma esquemática no **Anexo I-A**.
- e) O acerto de contas entre o valor faturado e o valor real será efetuado na fatura do trimestre seguinte, por via do competente crédito ou débito.

- f) Até dia 28 de Fevereiro de cada ano civil, o Segundo Contraente informará a Ecopilhas sobre o total de quantidades colocadas no mercado no ano civil anterior, através do preenchimento e submissão da respetiva Declaração Anual.

1.2. Modalidade B (Declaração Anual)

- a) As prestações financeiras relativas aos trimestres naturais do ano de celebração do presente Contrato serão equivalentes a 25% do montante que tiver sido calculado em função dos dados constantes da Declaração Inicial.
 - b) Até dia 28 de Fevereiro de cada ano civil, o Segundo Contraente informará a Ecopilhas sobre as quantidades realmente colocadas no mercado no ano civil anterior, através do preenchimento e submissão da respetiva Declaração Anual.
 - c) As prestações em cada um dos anos seguintes terão por referência a Declaração Anual antecedente, pelo que a faturação relativa aos trimestres em cada ano de vigência do presente Contrato terá sempre por referência 25% da quantidade real de pilhas e acumuladores colocados no mercado no ano civil anterior.
 - d) O cálculo com base nas sucessivas Declarações Anuais está ilustrado de forma esquemática no **Anexo I-B**.
 - e) O acerto de contas entre o valor faturado e o valor real do ano civil transato será feito no primeiro trimestre de cada ano civil, em função da Declaração Anual, por via de crédito ou débito.
2. Tendo presentes as duas modalidades descritas no número anterior, o Segundo Contraente declara expressamente optar pela Modalidade (...) (A / B).
3. Independentemente da Modalidade por que tenha optado o Segundo Contraente, a Ecopilhas faturará a prestação financeira devida pelo mesmo no último dia útil de cada trimestre natural.
4. As prestações financeiras referentes às declarações anuais preenchidas ao abrigo do n.º 5 da cláusula Quarta serão faturadas por inteiro na data de celebração deste contrato.
5. As faturas vencem-se no prazo de sessenta dias.

Cláusula Sexta
(Certificação de Declarações)

- 1. Sempre que a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. o exija ou a Ecopilhas o solicite, a Declaração Anual, que reporta a informação fornecida pelo Produtor relativa às pilhas e acumuladores que introduziu em Portugal durante o ano civil anterior, deverá ser certificada por um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, caso o Produtor esteja legalmente sujeito a revisão dos seus elementos de prestação de contas, ou, não sendo esse o caso, pelo respetivo Contabilista Certificado.
- 2. No caso de o Produtor ser uma entidade estrangeira, a certificação referida no número antecedente, quando exigida ou solicitada, deverá ser efetuada pela entidade que, nos termos da lei aplicável, audite as contas do Produtor, ou, caso não exista a obrigação legal de tal auditoria, a certificação poderá ser efetuada pelo responsável pelas contas do Produtor.
- 3. Sempre que a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. o autorize previamente, pode ser acordado entre a Ecopilhas e o Produtor um mecanismo de certificação diferente dos referidos nos números antecedentes.
- 4. Em qualquer dos casos previstos nos números antecedentes, o Produtor obriga-se a entregar a certificação no prazo máximo de 30 dias a contar da solicitação pela Ecopilhas.
- 5. Salvo se a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. decidir em contrário, ficam isentos da obrigação de certificação os produtores de pequena dimensão e os que coloquem pilhas e acumuladores no mercado em situações pontuais.

Cláusula Sétima

(Prestações Financeiras)

1. As prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente à Ecopilhas são determinadas em função das quantidades e das características das pilhas e acumuladores colocados no mercado nacional pelo Segundo Contraente, sendo os valores das prestações financeiras obtidos por aplicação da fórmula constante do **Anexo II-A** do presente Contrato e que dele faz parte integrante.
2. As prestações financeiras devidas pelo Segundo Contraente, em vigor desde 01.07.2018, são as que constam na tabela do Anexo II-B do presente Contrato e que dele faz parte integrante.
3. Os valores das prestações financeiras devidas poderão ser atualizados anualmente, por aplicação direta da fórmula prevista no n.º 1 antecedente, devendo a Ecopilhas comunicar os novos valores à Agência Portuguesa do Ambiente e à DGAE, com uma antecedência mínima de 30 dias, previamente à sua publicitação no sítio da Ecopilhas na Internet.
4. O modelo de cálculo da prestação financeira deve ser revisto sempre que a sua aplicação determine um aumento ou uma redução anual dos valores da prestação financeira superior a 10%, ou, independentemente dessa circunstância, por determinação da APA ou da DGAE, quando estas entendam que a evolução das circunstâncias aconselha a revisão do modelo.
5. Sempre que haja uma alteração dos valores das prestações financeiras, seja por atualização, seja por revisão, a Ecopilhas publicitará os novos valores no seu sítio na internet e deverá informar a Segunda Contraente dos novos valores através de comunicação (por carta ou por circular electrónica), a expedir com uma antecedência mínima de 15 dias relativamente à respetiva entrada em vigor, sem prejuízo de os novos valores só poderem ser aplicados a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua atualização ou revisão.
6. Sem prejuízo das demais obrigações que para o Segundo Contraente resultem do presente Contrato, não será devido o pagamento da prestação financeira quando o respetivo valor seja igual ou inferior a € 10,00 (dez euros) num ano civil, quer pela pequena dimensão da atividade do Segundo Contraente, quer por se tratar de uma situação pontual de colocação de pilhas e acumuladores no mercado.

Cláusula Oitava

(Auditorias)

1. A Ecopilhas tem o direito de proceder a auditorias periódicas ao Segundo Contraente, através de entidade externa e independente, para verificação da qualidade e veracidade das informações transmitidas ao abrigo do estipulado na Cláusula Quarta antecedente.
2. O Segundo Contraente obriga-se a organizar e manter, durante a vigência do presente Contrato e no ano subsequente à cessação do mesmo, a qualquer título, um sistema de registo específico, por meio de arquivos documentais ou em suporte informático, que contenha todos os elementos utilizados pelo Segundo Contraente para efeitos de preenchimento das Declarações previstas na Cláusula Quarta do presente Contrato, aferição da quantidade e caracterização das pilhas e acumuladores portáteis e/ou industriais pelo mesmo colocados no mercado e cálculo do valor das prestações financeiras prestadas ou a prestar à Ecopilhas.
3. Para facilitar a referida auditoria, os elementos referidos no número anterior deverão incluir, designadamente, (i) informação de pilhas e acumuladores colocados no mercado em Portugal e correspondente contribuição para a Ecopilhas; e (ii) cópia das faturas do Segundo Contraente aos respetivos clientes, as quais deverão discriminar o valor global que, em cada transação, corresponde à contribuição devida à Ecopilhas exceto, em cumprimento do disposto no artigo 14.º, n.º 8, do DL 152-D/2017, se tais clientes forem utilizadores finais e estiverem em causa pilhas portáteis.
4. Todos os documentos, suportes informáticos, programas de computador e demais elementos que a Ecopilhas ou a entidade externa considerem necessários ou convenientes para efeitos de realização da auditoria deverão ser disponibilizados no prazo máximo de vinte dias a contar da data de solicitação dos mesmos.
5. Os relatórios das auditorias realizadas ao Segundo Contraente ser-lhe-ão remetidos pela Ecopilhas no prazo de cinco dias a contar da respetiva receção da entidade auditora.

6. Nos casos em que a auditoria referida nos números anteriores determine ser devido um pagamento suplementar por parte do Segundo Contraente, o Segundo Contraente obriga-se a corrigir as declarações nas quais foram detetadas as irregularidades e a proceder ao referido pagamento no prazo máximo de dez dias a contar da data de receção da notificação enviada pela Ecopilhas para o efeito.
7. Ao valor do pagamento suplementar previsto no número anterior acrescerão ainda juros de mora contados desde a data de vencimento de cada um dos pagamentos objeto de correção, calculados à taxa supletiva de juros moratórios relativos aos créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, conforme estipulado no art. 102.º, § 3.º, do Código Comercial e na Portaria n.º 277/2013, de 26 de agosto.
8. Os custos da atividade de auditoria referida no número 2 serão suportados pela Ecopilhas, exceto no caso de se concluir ser devido um acréscimo das prestações financeiras em montante igual ou superior a 5% relativamente ao período analisado e às informações fornecidas pelo Segundo Contraente, caso em que os referidos custos serão suportados por este.
9. No caso de o desvio entre os resultados da auditoria e as Declarações submetidas pelo Segundo Contraente ser superior a 10%, a Ecopilhas terá ainda direito à resolução do presente Contrato, com justa causa e com efeitos imediatos.

Cláusula Nona (Deveres de Registo)

1. O Segundo Contraente está obrigado a comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., através do sistema integrado de registo electrónico de resíduos, a informação necessária ao acompanhamento da aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, nomeadamente, o tipo e a quantidade de pilhas e acumuladores colocados no mercado nacional e o sistema de gestão por que optou, devendo registar a informação que consta do Anexo VI do mesmo diploma.
2. O Segundo Contraente poderá delegar na Ecopilhas a responsabilidade pelo preenchimento da declaração de dados, relativa à colocação no mercado, cabendo, porém, a responsabilidade pelo registo ao Segundo Contraente, sem prejuízo do apoio que a Ecopilhas possa prestar nesta actividade.
3. A delegação prevista no número antecedente será formalizada mediante pedido expresso do Segundo Contraente, enviado por correio electrónico à Ecopilhas, juntamente com os dados de acesso do Segundo Contraente à plataforma de registo e qualquer outra informação necessária para o cumprimento das obrigações em causa.

Cláusula Décima (Confidencialidade)

1. Sem prejuízo de obrigação a que possa estar sujeita por ato administrativo ou judicial ou para cumprimento de obrigação legal, a Ecopilhas compromete-se a guardar e a assegurar a confidencialidade de todos os dados fornecidos pelo Segundo Contraente, especialmente no que se refere aos valores de vendas por este reportados.
2. O dever de confidencialidade referido no número anterior manter-se-á mesmo após a cessação, a qualquer título, do presente Contrato.
3. O presente dever de confidencialidade é aplicável a qualquer membro dos órgãos sociais da Ecopilhas e ainda que os mesmos sejam colaboradores de empresas que comercializem pilhas ou acumuladores.
4. Para melhor garantir os objetivos expressos nos números anteriores, a Ecopilhas poderá contratar uma entidade externa, independente e de idoneidade reconhecida, para desempenhar as funções de recolha de informação e de faturação previstas no presente Contrato, obrigando-se a celebrar com esta entidade externa um acordo de confidencialidade.
5. Fica perfeitamente entendido entre as partes que o estipulado nos números antecedentes da presente Cláusula não prejudica o integral cumprimento pela Ecopilhas dos seus deveres legais de informação e

reporte à APA, I.P., pelo que a Ecopilhas fica desde já expressamente mandatada pelo Segundo Contraente para disponibilizar à APA, I.P. a informação declarada pelo Segundo Contraente, ainda que considerada de carácter confidencial.

Cláusula Décima Primeira
(Plano de Prevenção de Resíduos)

Em cumprimento do preceituado no art. 10.º, n.º 3, al. e) do DL 152-D/2017, o Segundo Contraente obriga-se a participar e colaborar nas medidas previstas no Plano de Prevenção de Resíduos da Ecopilhas, e suas eventuais atualizações, designadamente, nas medidas discriminadas no **Anexo III** ao presente Contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula Décima Segunda
(Obrigações de informação por parte da Ecopilhas)

Em cumprimento do preceituado no art. 10.º, n.º 3, al. g) do DL 152-D/2017, a Ecopilhas obriga-se a publicitar periodicamente, no seu sítio da Internet, a informação relativa às ações desenvolvidas e aos resultados alcançados.

Cláusula Décima Terceira
(Obrigações de informação por parte do Segundo Contraente)

Em cumprimento do preceituado no art. 10.º, n.º 3, al. h) do DL 152-D/2017, o Segundo Contraente obriga-se a prestar informações e esclarecimentos que sejam requeridos pelas instalações de tratamento, nomeadamente sobre as características dos resíduos, tendo em vista permitir ou facilitar as operações de reciclagem.

Cláusula Décima Quarta
(Duração)

1. O presente Contrato entra em vigor em 1 de Julho de 2018 e terá uma duração coincidente com o período de vigência da licença atribuída à Ecopilhas identificada no Considerando n.º 6 antecedente, ou seja, é válido até 31 de Dezembro de 2021.
2. O presente Contrato renova-se automaticamente no caso de o prazo de vigência da licença da Ecopilhas ser prorrogado, ou no caso de a referida licença ser renovada, nos termos da lei, por períodos sucessivos de duração idêntica à da prorrogação, prorrogações ou renovação da licença, consoante o aplicável, salvo se for denunciado, rescindido ou revisto, nos termos previstos na Cláusula Décima Sétima do presente Contrato.

Cláusula Décima Quinta
(Caducidade do Contrato)

1. A vigência do presente Contrato fica condicionada à vigência da licença identificada no Considerando n.º 6 antecedente e à manutenção da qualidade de Produtor de pilhas e acumuladores pelo Segundo Contraente.
2. No caso de deixar de se verificar qualquer uma das duas condições referidas no n.º 1 antecedente, designadamente por desistência, suspensão, cassação, revogação ou não renovação da licença da Ecopilhas, o presente Contrato caduca com efeitos imediatos, sem prejuízo da obrigação de ambas as

Partes comunicarem à outra, com a antecedência adequada, a ocorrência de qualquer facto que origine tal não verificação.

Cláusula Décima Sexta

(Suspensão e Cancelamento da Transferência de Responsabilidade)

1. Caso o Segundo Contraente se encontre em mora, por prazo superior a 30 dias, no pagamento de qualquer fatura emitida pela Ecopilhas, considerar-se-á suspensa a transferência de responsabilidade prevista no presente Contrato.
2. A suspensão apenas cessará com o pagamento integral da(s) fatura(s) em dívida, acrescida(s) de juros de mora calculados à taxa supletiva de juros moratórios relativos aos créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, conforme estipulado no art. 102.º, § 3.º, do Código Comercial e na Portaria n.º 277/2013, de 26 de agosto.
3. Caso a suspensão se prolongue por período superior a 120 dias, a Ecopilhas terá o direito de cancelar a adesão do produtor, mediante a resolução do presente Contrato, com justa causa, operada por simples comunicação escrita dirigida ao Segundo Contraente, enviada por correio registado com aviso de receção, considerando-se o Contrato automaticamente resolvido e a adesão do produtor cancelada 5 dias após o envio da comunicação, ainda que a mesma não tenha sido recebida por motivo imputável ao Segundo Contraente.
4. Em caso de suspensão ou de cancelamento da transferência de responsabilidade do produtor, a Ecopilhas fica ainda constituída no direito de comunicar o facto à Agência Portuguesa do Ambiente, para os devidos efeitos legais.

Cláusula Décima Sétima

(Rescisão, Denúncia e Revisão do Contrato)

1. Qualquer uma das Partes pode denunciar o presente Contrato no termo do seu período inicial de vigência ou da renovação em curso, mediante comunicação escrita enviada à outra Parte por correio registado com aviso de receção com uma antecedência mínima de 30 dias.
2. A partir do primeiro ano de vigência, o presente Contrato pode ainda ser rescindido anualmente por qualquer das partes, mediante comunicação escrita enviada à outra Parte por correio registado com aviso de receção com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente ao termo do ano contratual em curso.
3. O presente Contrato pode ser revisto, por acordo de ambas as partes, nos aniversários de celebração do mesmo, sempre que se verifiquem alterações substanciais das condições subjacentes à celebração do Contrato.
4. A denúncia, rescisão ou revisão do presente Contrato nos termos dos números antecedentes da presente Cláusula não implicará qualquer penalização para nenhuma das partes.

Cláusula Décima Oitava

(Resolução do Contrato)

Sem prejuízo do preceituado na cláusula Décima Sexta antecedente, o incumprimento por uma das Partes de qualquer obrigação emergente do presente Contrato confere à outra Parte o direito de o resolver com justa causa, mediante simples comunicação escrita, caso a parte faltosa não ponha termo à situação de incumprimento decorridos 60 dias sobre a notificação que, para o efeito, a parte não faltosa lhe tenha dirigido.

Cláusula Décima Nona
(Disposições Diversas)

1. O presente Contrato substitui e revoga quaisquer contratos e acordos anteriores, com o mesmo objeto, celebrados entre as Partes.
2. A omissão do exercício de qualquer dos direitos das Partes previstos no presente Contrato não constituirá nem será interpretada como perda ou renúncia ao posterior exercício desses direitos.
3. O presente Contrato não poderá ser emendado, alterado ou modificado, exceto por acordo escrito e assinado por ambas as Partes.
4. As notificações a efetuar pelas Partes, nos termos do presente Contrato, deverão ser endereçadas, por carta registada com aviso de receção, para as moradas indicadas no cabeçalho, ficando as Partes obrigadas a comunicar, pela mesma forma, qualquer alteração do domicílio aí referido.

Cláusula Vigésima
(Lei Aplicável e Resolução de Litígios)

O presente Contrato e todos os direitos e obrigações dele emergentes serão regulados pela lei portuguesa, sendo os litígios que dele possam emergir dirimidos no foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Lisboa, (...) de (...) de (...)

Pela Ecopilhas,

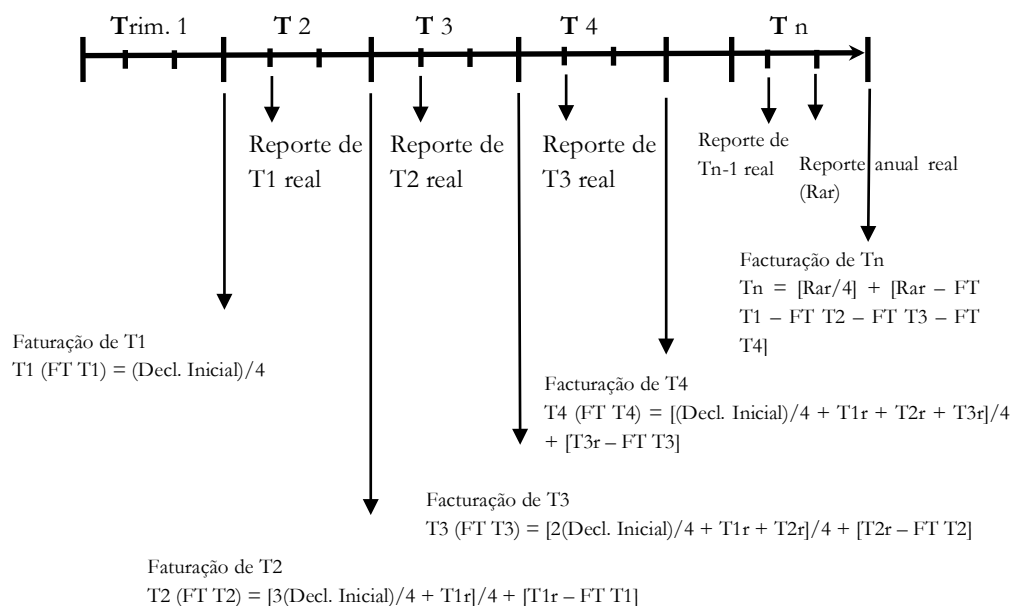
(Eurico Cordeiro)

Pelo Segundo Contraente,

(.....)

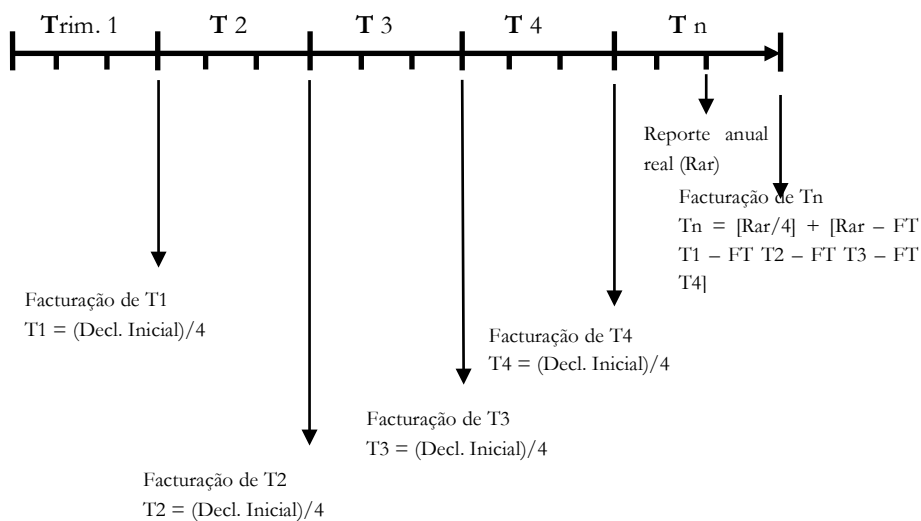
ANEXO I-A

Modelo A (Declaração Trimestral)



ANEXO I-B

Modelo B (Declaração Anual)



ANEXO II-A
FÓRMULA DE CÁLCULO DAS PRESTAÇÕES FINANCEIRAS

$$\text{Contribuição por tipo de P\&A (Kg)} = \frac{\text{Custos Globais (Kg)} + \text{Custos Específicos (Kg)}}{\text{Quantidade colocada no mercado (Kg)}}$$

ANEXO II-B
Tabela de Prestações Financeiras

Pilhas e Acumuladores Portáteis e Industriais	€/KG
Alcalinas	0,36
Zinco Carbono	0,38
Lítio	0,68
Botão	0,79
Iões Lítio (standard) ¹	0,19
NiMH	0,25
NiCd	0,27
Chumbo	0,02
Iões Lítio (outras)	0,84
Iões Lítio (FE) ²	3,56
Lítio (FE) ²	2,56
NiCd (FE) ²	1,23

¹Acumuladores de iões de lítio com elementos valorizáveis de níquel, cobalto e outros.

²Formato especial

ANEXO III - PLANO DE PREVENÇÃO DE RESÍDUOS

Objetivo do Plano: O Plano de Prevenção de Resíduos da Ecopilhas tem como objetivo a educação dos Cidadão para a prevenção da Produção de Resíduos.

Identificação das Entidades: O plano de prevenção de resíduos prevê a participação dos Produtores, Distribuidores e OGR.

Públicos Alvo: Cidadãos do Continente e Ilhas; Comunidade Escolar, nomeadamente os Professores, Auxiliares de Ação Educativa, alunos e familiares, do Continente e Ilhas.

Estratégia: A Ecopilhas irá desenvolver 2 campanhas específicas de prevenção de resíduos para os Cidadãos em geral e incluir na sua campanha "Pilhão vai à escola", ações que permitam que os Professores e demais Educadores sejam o veículo de sensibilização da restante comunidade Escolar para a necessidade de reduzir a produção de resíduos de P&A, com a capacidade que se lhes reconhece de influência dos restantes Cidadãos.

Conteúdo e Projeto de Ação:

- Campanha "Pilhão vai à Escola": Com o objetivo de mobilizar a comunidade escolar para a aquisição de práticas de respeito pelo ambiente, a Ecopilhas irá continuar a promover junto dos estabelecimentos de ensino a campanha 'Pilhão vai à Escola', ao longo do ano letivo, incluindo a distribuição de materiais de promoção da campanha com mensagens relativas à redução do consumo de pilhas e acumuladores: transferência de consumo das pilhas primárias para as secundárias (recarregáveis); reutilização das P&A em aparelhos de menor consumo, onde as mesmas possam ver esgotada a sua capacidade e alteração de hábitos de consumo. **A Campanha nas Regiões Autónomas:** *A campanha Pilhão vai à Escola é efetuada em todo o território nacional, incluindo as Regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Todos os materiais desenvolvidos especialmente para esta campanha serão distribuídos nas escolas participantes das RA. A Ecopilhas emitirá comunicados de imprensa especialmente dirigidos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.*
- Campanha "Semana Europeia da Reciclagem" (9 a 15 de setembro): Com o objetivo de reduzir o número de pilhas e acumuladores consumidos, a Ecopilhas utilizará a Rádio, o Facebook, o LinkedIn, os Sites da empresa e os comunicados de imprensa para divulgar conteúdos relacionados com a prevenção de resíduos, nomeadamente a necessidade de transferir, sempre que tal se justifique, o consumo das pilhas primárias para as secundárias (recarregáveis), a reutilização das P&A em aparelhos de menor consumo, onde as mesmas possam ver esgotada a sua capacidade e a alteração de hábitos de consumo. A Ecopilhas irá solicitar aos intervenientes no ciclo de vida das P&A, designadamente os produtores, distribuidores e operadores de gestão de resíduos, a sua participação na divulgação da campanha. Para tal a Ecopilhas irá desenvolver materiais específicos contendo os princípios relacionados com a redução do consumo de P&A. **A Campanha nas Regiões Autónomas:** *As campanhas de rádio têm uma cobertura nacional, incluindo as RA da Madeira e dos Açores. A Ecopilhas disponibilizará os respetivos planos de meios de Rádio a cada uma das RA, antes das campanhas serem transmitidas. A Ecopilhas distribuirá pelas entidades participantes pertencentes às RA's, os materiais específicos desenvolvidos.*
- Campanha "Energia até ao fim" (5 a 30 de junho): A Ecopilhas utilizará a Rádio, o Facebook, o LinkedIn, os Sites da empresa e os comunicados de imprensa para divulgar conteúdos relacionados com a prevenção de resíduos, nomeadamente a reutilização das pilhas em aparelhos de menor consumo, onde as mesmas possam ver esgotada a sua capacidade energética. A Ecopilhas irá solicitar aos intervenientes no ciclo de vida das pilhas, designadamente produtores, distribuidores e operadores de gestão de resíduos, a sua participação na divulgação da campanha. Para tal a Ecopilhas irá desenvolver materiais específicos contendo os princípios relacionados com a otimização da utilização das pilhas e acumuladores, no sentido promover o aumento do tempo de vida útil das pilhas e consequente redução do número de pilhas consumidas. Os materiais em mencionados serão distribuídos em todo o país, incluindo as RA da Madeira e dos Açores. **A Campanha nas Autónomas:** *As campanhas de rádio têm uma cobertura nacional, incluindo as RA da Madeira e dos Açores. A Ecopilhas disponibilizará os respetivos planos de meios de Rádio a cada uma das RA, antes das campanhas serem transmitidas.*